



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0163106-13.2016.4.02.5101 (2016.51.01.163106-0)  
RELATOR : Desembargador(a) Federal ALCIDES MARTINS  
APELANTE : SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE  
ADVOGADO : RJ103400 - RODRIGO CRUZ MONTENEGRO E OUTRO  
APELADO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS  
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL  
ORIGEM : 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro  
(01631061320164025101)

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. ANS. MULTA ADMINISTRATIVA. ARTIGO 25 DA LEI Nº 9.656/98. PLANOS DE SAÚDE. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO PROVIMENTO.

1. O acórdão foi claro ao afirmar que “o consumidor recorreu ao Judiciário para ter garantido seu direito. Nos autos do processo nº 0196627-22.2010.8.26.0100, houve decisão antecipatória de tutela em 27/10/2010, posteriormente confirmada por sentença, determinando que a Sul América expedisse a autorização necessária para que a parte fosse submetida à cirurgia recomendada por seu médico”.
2. O fato de a solicitação que ensejou a multa administrativa ter ocorrido após a decisão judicial, que garantiu o direito à cirurgia, não indica ausência de correlação entre as demandas, mas tão somente que houve negativa mesmo após determinação judicial, eis que o paciente pode ter solicitado diversas vezes o procedimento.
3. Eventual discordância acerca do posicionamento do órgão julgante não se apresenta como motivo hábil a ensejar a interposição de embargos declaratórios, ficando este restrito às hipóteses expressamente previstas na lei. Os embargos de declaração não se constituem como via recursal adequada para suscitar a revisão na análise fático-jurídica decidida no acórdão.
4. Elenca o art. 1.022 do Código de Processo Civil os casos em que cabe a interposição de embargos de declaração, e, somente com a ocorrência de uma das hipóteses constantes no dispositivo em comento, poderá haver o reconhecimento de sua procedência.
5. Recentemente decidiu o STJ, a nova regra prevista no § 1º, IV, do artigo 489, do CPC, entendendo não ser obrigatório o enfrentamento de todas as questões suscitadas pelas partes, quando já possui o juiz motivos para decidir.
6. Embargos declaratórios não providos.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas:  
Decidem os membros da 5ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

unanimidade, negar provimento aos embargos de declaração, na forma do voto do Relator.

Rio de Janeiro, 2 de julho de 2019 (data do julgamento).

ALCIDES MARTINS  
Desembargador Federal  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0163106-13.2016.4.02.5101 (2016.51.01.163106-0)  
RELATOR : Desembargador(a) Federal ALCIDES MARTINS  
APELANTE : SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE  
ADVOGADO : RJ103400 - RODRIGO CRUZ MONTENEGRO E OUTRO  
APELADO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS  
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL  
ORIGEM : 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro  
(01631061320164025101)

### RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração, com fins de prequestionamento, opostos por Sul América Companhia de Seguro Saúde contra o acórdão de fls. 395/401, que negou provimento à apelação, mantendo a sentença, que julgou improcedente o pedido dos embargos à execução fiscal.

A embargante alega omissão no acórdão em relação à alegação de que a liminar judicial citada no acórdão não possui correlação com a negativa de cobertura que gerou a multa executada. Sustenta que a decisão ocorreu dois meses antes da solicitação do médico (fls. 405/409).

Contrarrazões às fls. 412/413.

É o relatório. Peço dia.

ALCIDES MARTINS  
Desembargador Federal  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0163106-13.2016.4.02.5101 (2016.51.01.163106-0)  
RELATOR : Desembargador(a) Federal ALCIDES MARTINS  
APELANTE : SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE  
ADVOGADO : RJ103400 - RODRIGO CRUZ MONTENEGRO E OUTRO  
APELADO : AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR - ANS  
PROCURADOR : PROCURADOR FEDERAL  
ORIGEM : 04ª Vara Federal de Execução Fiscal do Rio de Janeiro  
(01631061320164025101)

### VOTO

Conheço dos embargos de declaração, eis que presentes os pressupostos de admissibilidade.

As alegações deduzidas pela parte embargante não prosperam, pois o julgado apreciou suficientemente toda a matéria posta ao seu exame e de relevância para a composição da lide, não se omitindo sobre qualquer matéria que, impugnada pela parte, tivesse o condão de modificar o entendimento nele esposado.

O acórdão foi claro ao afirmar que “o consumidor recorreu ao Judiciário para ter garantido seu direito. Nos autos do processo nº 0196627-22.2010.8.26.0100, houve decisão antecipatória de tutela em 27/10/2010, posteriormente confirmada por sentença, determinando que a Sul América expedisse a autorização necessária para que a parte fosse submetida à cirurgia recomendada por seu médico”. Transcrevo:

“No que toca à ausência de conduta ilícita, observa-se que o consumidor recorreu ao Judiciário para ter garantido seu direito. Nos autos do processo nº 0196627-22.2010.8.26.0100, houve decisão antecipatória de tutela em 27/10/2010, posteriormente confirmada por sentença, determinando que a Sul América expedisse a autorização necessária para que a parte fosse submetida à cirurgia recomendada por seu médico (fls. 184/185). [...]

Conforme parecer emitido por Especialista em Regulamentação de Saúde Suplementar da ANS, “o fato de a operadora ter eventualmente realizado o procedimento (...) não descaracteriza a infração descrita no auto [de infração], já que para isso deveria estar presente o instituto da reparação voluntária e eficaz (RVE). Acrescenta que “o fato de a reparação ocorrer em razão de decisão judicial descaracteriza o instituto da RVE, já que a conduta não foi realizada voluntariamente, mas tão somente de cunho fático” (fl. 220/221).

O fato de a solicitação que ensejou a multa administrativa ter ocorrido após a decisão judicial, que garantiu o direito à cirurgia, não indica ausência de correlação entre as demandas, mas tão somente que houve negativa mesmo após determinação judicial, eis que o paciente pode ter solicitado diversas vezes o procedimento.



Ademais, o processo administrativo e a sentença do TJSP tratam do mesmo segurado, CARLOS AUGUSTO FELICE, e descrevem a moléstia de maneira similar: “hérnia discal e artrose pósterio-lateral” e “degeneração dos discos e escorregamento de uma vértebra”.

No mais, eventual discordância acerca do posicionamento do órgão judicante não se apresenta como motivo hábil a ensejar a interposição de embargos declaratórios, ficando este restrito às hipóteses expressamente previstas na lei.

Nítido se mostra que os embargos de declaração não se constituem como via recursal adequada para suscitar a revisão na análise fático-jurídica decidida no acórdão.

Elenca o art. 1.022 do Código de Processo Civil os casos em que cabe a interposição de embargos de declaração, e, somente com a ocorrência de uma das hipóteses constantes no dispositivo em comento, poderá haver o reconhecimento de sua procedência. Neste contexto, urge trazer à colação o magistério de Luiz Guilherme Marinoni e Sergio Cruz Arenhart, *verbis*:

É necessário que a tutela jurisdicional seja prestada de forma completa e clara. Exatamente por isso, ou melhor, com o objetivo de esclarecer, complementar e perfectibilizar as decisões judiciais, existem os embargos de declaração. Esse recurso não tem a função de viabilizar a revisão ou a anulação das decisões judiciais, como acontece com os demais recursos. Sua finalidade é corrigir defeitos – omissão, contradição e obscuridade – do ato judicial, os quais podem comprometer sua utilidade.

Recentemente decidiu o STJ, a nova regra prevista no § 1º, IV, do artigo 489, do CPC, entendendo não ser obrigatório o enfrentamento de todas as questões suscitadas pelas partes, quando já possui o juiz motivos para decidir, *in verbis*:

O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Essa é a interpretação que se extrai do art. 489, § 1º, IV, do CPC/2015. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada. STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585).

Pelo exposto, nego provimento aos embargos de declaração.

É como voto.

ALCIDES MARTINS  
Desembargador Federal  
Relator